

JN
Jornal de Notícias

Benfica
Lage
acreditada
que terá
equipa
forte em
Guimarães
P. 43



F. C. Porto
Conceição
pede
critério
na escolha
de árbitros
P. 42

Futebol
Campeonato
e duas taças
jogam-se
só entre
os quatro
grandes
P. 41

F. C. Porto, Benfica, Braga e Sporting dominam as três competições

GRÁTIS
À mesa em Trás-os-Montes
BOLÃO DE RESTAURANTES
JANUÁRIOS

Estado falha nos apoios aos cuidados continuados

Unidades em risco de fechar as portas por dívida acumulada de 6,4 milhões de euros em dois anos

Incumprimento de acordo vale processo nos tribunais contra Ministério da Saúde

Página

GADA VEZ MAIS CRIANÇAS DE SEIS ANOS NO PRÉ-ESCOLAR

Falta de vagas no 1.º Ciclo é a razão principal, mas também há pais que preferem esperar por maior maturidade dos filhos



RUI MANUEL FERREIRA / GLOBAL IMAGENS

Hacker Rui Pinto invoca leis europeias para obter imunidade

PSD Noite marcada pelo apoio de Menezes a Rui Rio

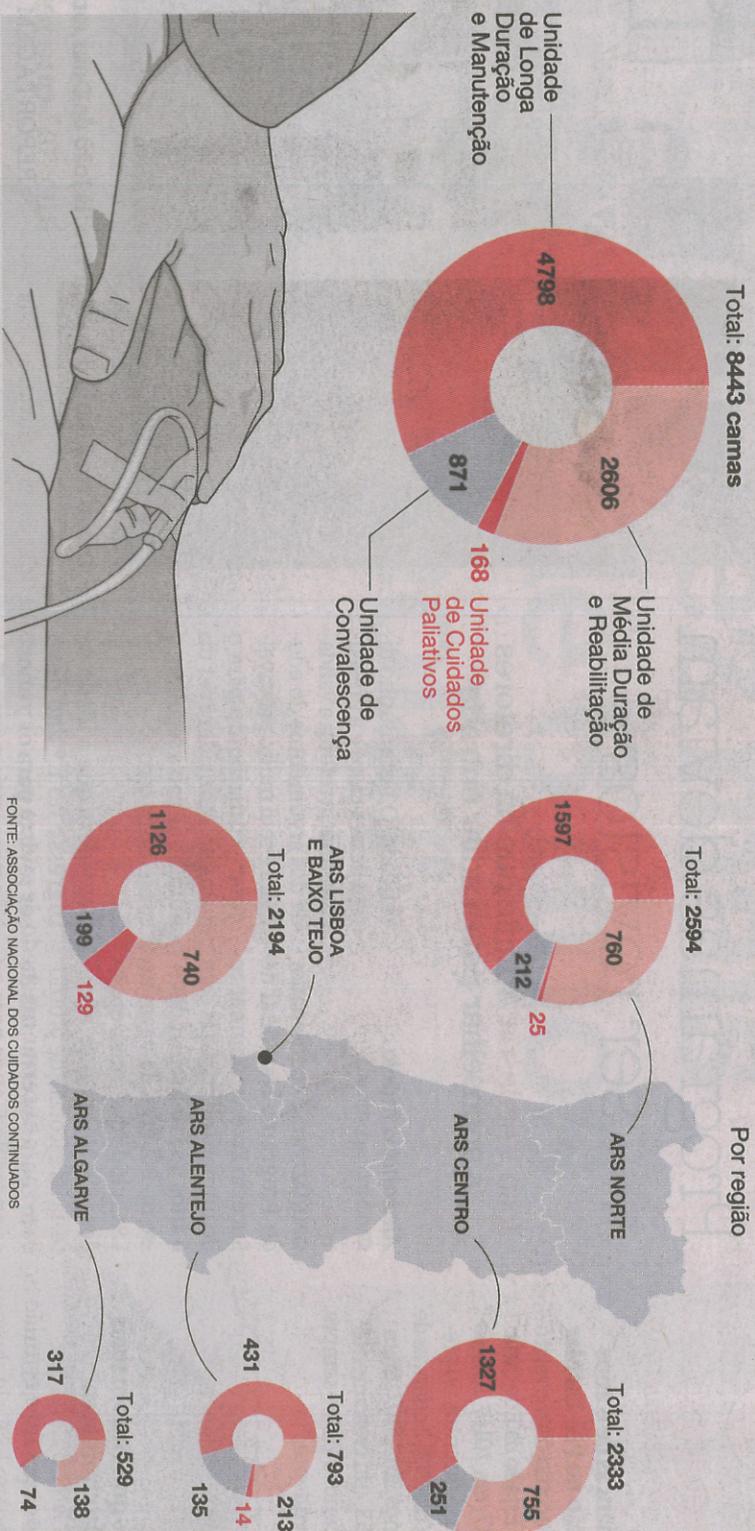
Cirurgias Greve em suspenso até ao final de janeiro

Olmar MATERIAL DE ESCRITÓRIO, ESCOLAR E ARTES
A MEGASTORE QUE O PORTO MERECE

centro empresarial da circunvalação, n.º 9543, 4250-748 porto
estrada da circunvalação, n.º 9543, 4250-748 porto
WWW.OLMAR.PT

NACIONAL

Cuidados Continuados



Cuidados continuados processam Estado por dívida de 6,4 milhões

NÚMEROS

22%

de aumento em 2018
Em 2017, o Estado pagava por cada doente/dia 88,08 € em unidades de média duração, valor atualizado, em dezembro de 2018, para 89,75 €. Na tipologia de longa duração, o Estado pagava por cada doente/dia 60,55€ em 2017 e 61,63€ em 2018.



José Bourdain
Pres. Assoc. Nacional Cuidados Continuados

“Não se pode confiar neste Governo, uma vez que não cumpre o que assina, é arbitrário e inconsequente nas decisões”

Mónica Ferreira
sociedade@jn.pt

REDE O Estado deve 6,4 milhões de euros às unidades de cuidados continuados relativos a aumentos de 2017 e 2018 que não foram pagos. A denúncia é da Associação Nacional de Cuidados Continuados (ANCC), que vai processar o Estado em nome de 29 associados, que reclamam 1,163 milhões de euros. Segundo José Bourdain, presidente da ANCC, está em causa a sustentabilidade das unidades e algumas estão “em risco de fechar as portas”. O Ministério da Saúde não quis falar sobre a dívida e sublinhou o esforço para “assegurar a sustentabilidade das instituições”.

“O que o Governo está a fazer com os cuidados continuados é inqualificável, desrespeitoso e discriminatório. É um roubo”, critica o presidente da ANCC. Bourdain diz que o Governo não está a cumprir o que foi aprovado e contratualizado com as entidades representativas do setor social nos acordos assinados em 2017 e 2018, no que respeita às unidades de cuidados continuados das cinco regiões. Segundo a ANCC, esta situação

está a colocar em risco a rede de cuidados continuados, que tem um total de 8443 camas, das quais 1471 pertencem aos 29 associados da ANCC.

É ao nível dos equipamentos de média duração e, sobretudo, da longa duração que as dificuldades são mais sentidas. Em estas tipologias que a ANCC defende maiores aumentos nas participações do Estado por doente. “Pedimos um aumento de 15 euros para os doentes de longa duração e de cinco euros para os doentes de média duração. Mas o Estado deu-nos um aumento de pouco mais de um euro e que não paga”, diz Bourdain. Para se perceber como a dívida se acumulou, o responsável recorda o Protocolo de Cooperação com o Setor Social, de maio de 2017, que “previa um aumento de 0,6% ao nível dos cuidados continuados, com efeitos retroativos a janeiro de 2017”. Acontece que entre tanto foi publicada uma portaria que fixou que esses aumentos seriam pagos a partir 1 dezembro 2017, “não cumprindo os retroativos”, explica José Bourdain, acrescentando que, em abril do ano passado, foi feita uma adenda ao protocolo que previa aumento da com-

participação de 2,2%, com efeitos retroativos a janeiro de 2018.

RETROATIVOS NÃO PAGOS

Porém, este mês, saiu “uma nova portaria a dizer que os preços em tram em vigor a 1 dezembro 2018, não cumprindo mais uma vez o protocolo que diz que tem efeitos retroativos a janeiro de 2018”, explicou o presidente da Associação Nacional de Cuidados Continuados. Pior: esta última portaria foi alterada no dia seguinte, “retirando ainda mais um mês de retroativos de 2018”.

Contactado pelo JN, o Ministério da Saúde recusou pronunciar-se sobre os valores reclamados pela ANCC. Mas sublinhou “o esforço que tem sido feito para assegurar a sustentabilidade financeira das instituições, a par da procura de respostas de qualidade que possam oferecer”. E garantiu que, “ainda este mês, estarão reunidas condições para proceder a uma atualização dos preços que reflita a aplicação da variação média do índice de preço no consumidor em cada um dos últimos quatro anos, ou seja, entre 2016 e 2019, repondose a normalidade no que se refere à atualização face à inflação”. ●

IMPACTO

Unidades com dificuldades para pagar contas

“Temos associações que já não pagam a hipoteca, outras que começam a ter as contas em atraso. A despesa tem sido muito maior do que a receita”, denuncia o presidente da ANCC, José Bourdain. As dificuldades afetam várias unidades. É o caso da Casa da Criança do Rogil, em Aljezur, no Algarve. “Estamos numa situação de falência técnica resultante dos cuidados continuados, que tem sido suportada pelas outras valências e pela disponibilidade que o município tem tido para ajudar associação”, confirmou ao JN Astregildo Regino, presidente da instituição.